

FUNDAÇÃO
ODEBRECHT

Avaliação

IMPACTOS



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
E CRESCIMENTO INTEGRADO COM
SUSTENTABILIDADE (PDCIS)

FUNDAÇÃO
ODEBRECHT

Avaliação

IMPACTOS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
E CRESCIMENTO INTEGRADO COM
SUSTENTABILIDADE (PDCIS)



SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Introdução	8
3. Contextualização	10
3.1 Cenário	10
3.2 Universo atendido	12
3.3 Perfil dos entrevistados	18
3.4 Amostra	20
3.5 Indicadores avaliados	21
4. Resultados e Impactos Alcançados	22
4.1 Investimentos envolvidos e níveis de eficácia da implementação	23
4.2 Impactos	26
4.2.1 Entendendo os Impactos Econômicos	26
4.2.2 Entendendo os Impactos Sociais	31
4.2.3 Entendendo os Impactos Ambientais	34
5. Limitações do Estudo	36
6. Conclusões e Recomendações	37
7. Referências Bibliográficas	38
8. Glossário	39
8.1 Termos relacionados ao estudo de Impacto	39
8.2 Termos relacionados ao PDCIS	42
ANEXO I - Indicadores de Gestão	44
ANEXO II - Variáveis de Impacto Econômico	49
ANEXO III - Variáveis de Impacto Social	50
ANEXO IV - Variáveis de Impacto Ambiental	52

01 Apresentação



Fabio Wanderley
Superintendente da Fundação
Odebrecht

Quando, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou empresas, governos e a sociedade civil para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e proteger o meio ambiente, presenciamos o nascimento da Agenda 2030 e uma oportunidade histórica de construir novos caminhos para melhorar a qualidade de vida no planeta Terra. Alguns anos se passaram, progressos significativos foram conquistados, no entanto, ainda há muito a ser feito pela promoção do desenvolvimento sustentável.

Construir modelos que possam aliar crescimento econômico e conservação ambiental é uma pauta que demanda parcerias estratégicas, esforços conjuntos e inovadores. Não há dúvidas de que essa construção passa por oferecer às pessoas, especialmente aos jovens, as habilidades, competências e conhecimentos necessários para construção de comportamentos que conduzam ao desenvolvimento sustentável. Desafiada a contribuir com esse cenário, a Fundação Odebrecht concebeu, em 2003, e coordena o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), que promove o desenvolvimento territorial sustentável com base na produção agrícola familiar e foco no jovem, sua família e comunidades de influência.

O PDCIS incentiva a formação de uma geração de jovens agricultores protagonistas e multiplicadores de conhecimento, fomenta o cooperativismo, a conservação dos recursos naturais e a promoção da cidadania. Ao longo desses anos, sempre esteve claro o potencial do Programa de transformar, econômica, social e ambientalmente, as condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia – área de atuação do PDCIS. Não obstante, era necessário avaliar, com rigor científico, não somente os indicadores do que estava sendo realizado no âmbito da intervenção (ex.: número de jovens matriculados), mas também os seus efeitos diretos de transformação da realidade (ex.: aumento de renda familiar).

Em 2018, a Fundação Odebrecht foi buscar respostas em relação aos efetivos impactos produzidos pelo PDCIS, entendendo que avaliar impactos é hoje quase que uma condição indispensável no contexto contemporâneo de transparência e olhar atento da sociedade, principalmente quando se refere a atuação no terceiro setor. É, ainda, uma etapa que gera conhecimento sobre a ação que se realiza, disponibiliza informações para verificar se o caminho escolhido é efetivo e permite ajustes e correção de rotas, se assim for necessário.

Para realização desse trabalho, que durou cerca de oito meses, foi contratada a JS/Brasil Consultoria, empresa reconhecida por seus estudos de avaliação de impacto de diversos projetos e programas sociais. Após a coleta de mais de 200 tipos diferentes de dados, foi possível realizar a análise da gestão e dos impactos econômicos, sociais e ambientais do PDCIS.

É com grande satisfação que, de forma inédita, apresentamos os reais impactos deste Programa para a sociedade. Como será demonstrado, alguns deles chamam a atenção. Por exemplo, para cada R\$ 1,00 investido, o PDCIS gerou um benefício de R\$ 2,13 de riqueza econômica; as unidades agrícolas que foram beneficiadas se tornaram menos dependentes do Bolsa Família; os jovens capacitados têm um nível de ocupação e renda significativamente maior do que a maioria dos jovens do estado da Bahia, dentre diversos outros impactos.

Este trabalho permitiu conhecer pontos para aprimoramento do PDCIS e também foi fundamental na definição do direcionamento estratégico da Fundação Odebrecht para os próximos ciclos. A seguir, o leitor poderá conhecer os resultados de impacto de maneira mais completa. Assim, esperamos que o conteúdo desta publicação, construído de forma transparente e detalhada, possa contribuir para que investidores, poder público e sociedade civil confirmem a importância dos investimentos em Programas Sociais e conheçam sua capacidade de retorno para a população.

Boa leitura!

Neste estudo, apresentaremos todas as etapas metodológicas cumpridas e principais evidências de impacto verificadas na vida dos jovens agricultores, famílias e comunidades de influência beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS). O Programa foi concebido e é coordenado pela Fundação, que transfere tecnologia às instituições parceiras e mobiliza recursos para viabilizar a execução. Tem como base o modelo de Governança Participativa que possibilita unir objetivos e ações entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, em especial, as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A Fundação Odebrecht aplica e integra, por meio do PDCIS, sua tecnologia social para promoção do desenvolvimento territorial sustentável e escolhe o jovem como protagonista e agente de transformação do contexto em que está inserido, juntamente com sua família. Dessa forma, conecta-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na busca de superação de desafios globais, como erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, educando o jovem para a produção no campo, para o uso racional e proteção dos recursos naturais e no fortalecimento das bases da cidadania.

Criado em 2003, o PDCIS objetiva transformar social, econômica e ambientalmente as condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia. O território de atuação escolhido, região de vulnerabilidade do Estado da Bahia, é composto por 11 municípios onde vivem 285 mil pessoas (IBGE 2010). Todos esses municípios apresentam índices de desenvolvimento humano municipal baixo ou médio. O desafio é tornar a região próspera, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, estimulando os jovens a ficarem na zona rural, integrados a suas famílias pela geração de renda a partir da produção no campo.

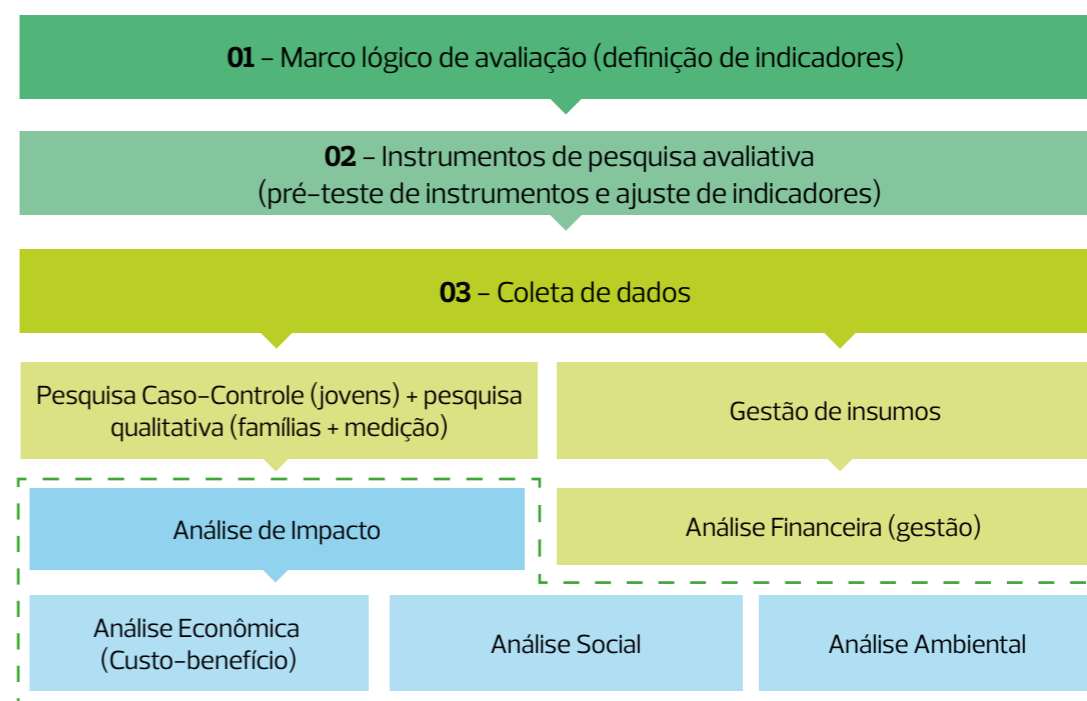
Ciente do potencial do Programa, a Fundação Odebrecht buscou uma metodologia capaz de avaliar o impacto de sua atuação. Não apenas a oferta de vagas a alunos do Ensino Médio, volume de produção de agricultores ou quantidade de árvores plantadas, mas os impactos do PDCIS na vida de seus beneficiários. Ou seja, o foco da avaliação foi verificar a capacidade que o Programa tem de causar mudanças significativas econômicas, sociais e ambientais na realidade dessas pessoas e do território onde vivem.

Chegou-se então a MAIS¹: Metodologia de Avaliação de Impacto Social, desenvolvida pela JS/Brasil Consultoria, que analisou quatro principais dimensões dos Impactos do PDCIS:

¹ Metodologia registrada na Fundação Biblioteca Nacional (Ministério da Cultura) sob o n. 312.152; Livro: 569; folha: 312.

- **Gestão** – focou todos os aspectos da gestão do PDCIS, a partir de seus custos, sua eficácia e sua eficiência.
- **Econômica** – verificou se os investimentos realizados no PDCIS trouxeram impactos econômicos para os jovens, suas famílias e as comunidades do Baixo Sul da Bahia.
- **Social** – analisou se o PDCIS teve êxito na redução de desigualdades sociais, a partir de seus objetivos e indicadores de transformação social.
- **Ambiental** – analisou se o PDCIS teve êxito na conservação ambiental e no aprimoramento de práticas e conscientização ecológicas.

Incluindo essas análises principais, a avaliação cumpriu ainda todo um ciclo científico de definição de indicadores de impacto, elaboração e pré-testagem de instrumentos de coleta, elaboração de plano amostral, coleta de dados e estudo Caso-Controlado (controle-tratamento), como demonstrado no diagrama abaixo:



Estudo Caso-Controlado:

Forma de pesquisa experimental em que se comparam dois grupos em condições semelhantes, sendo que o primeiro foi exposto a um determinado fator ou vivenciou a intervenção e o segundo não foi exposto ou não passou pela intervenção.

3.1 CENÁRIO

A seguir, são apresentadas algumas informações e dados sobre a região do Baixo Sul da Bahia, onde é executado o PDCIS e onde estão localizados os entrevistados e as propriedades visitadas neste estudo.



A Fundação Odebrecht concentra sua atuação em 11 municípios do Baixo Sul da Bahia (Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves), onde vivem cerca de 285 mil habitantes, com mais de 50% em área rural. Nesse território, predomina o bioma Mata Atlântica, rico em biodiversidade e recursos naturais, com importantes remanescentes florestais. O regime pluviométrico é regular, clima propício para agricultura e forte vocação para a produção de cultivos diversos.

Esse cenário de potencialidades e riqueza de recursos naturais contrasta enormemente com seus indicadores socioeconômicos e ambientais. A exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano, considerado baixo para a maioria dos municípios (Baixo Sul: 0,59 | Média Nacional: 0,69), com percentual de pobres e extremamente pobres acima de 60% e renda média de cerca de R\$ 400,00.

As taxas de violência são mais altas que as nacionais, chegando, em algumas cidades, a ser quase o dobro de homicídios para cada 100 mil habitantes, usando como referência o Atlas da Violência de 2016 (Baixo Sul: 56,6 | Média Nacional: 30).

No que se refere à educação, não há escolas de Ensino Médio para atender à demanda, o que determina que muitos adolescentes, para continuar seus estudos, tenham que migrar para os grandes centros urbanos. Apenas 43% dos jovens de 19 anos concluem o ensino médio na Bahia, segundo o movimento Todos pela Educação. E no Baixo Sul da Bahia essas taxas podem cair a 11% em algumas cidades.

Do ponto de vista de degradação ambiental, a supressão das matas ciliares e cobertura florestal, poluição dos sistemas hidrográficos que recebem esgotos urbanos e rurais, agrotóxicos e sedimentos devido ao manejo inadequado dos solos, trazem graves consequências ao meio natural e antrópico.

Portanto, a escolha dessa região para aplicação do PDCIS foi estratégica, visando uma intervenção experimental, concentrada e territorial para melhor concepção e avaliação do modelo.

BAIXO SUL

285 mil habitantes
(CENSO IBGE 2010)

50% da poluição em área rural

0,59 Índice de Desenvolvimento Humano
(Média Nacional: 0,69)

3.2 UNIVERSO ATENDIDO

É importante ressaltar que, mesmo levando em consideração que o PDCIS já possui mais de 15 anos de atuação no Baixo Sul da Bahia, esta avaliação de impacto considerou apenas o universo atendido pelo programa durante o ano de 2017. Esse recorte foi necessário para ter maior controle do universo a ser estudado, orçamentos utilizados e as amostras a serem obtidas.

Atualmente, são cinco as instituições executoras do PDCIS, apoiadas pela Fundação Odebrecht: três Casas Familiares, uma cooperativa (Coopatan) e a OCT.

Organização de Conservação da Terra – OCT

Organização da Sociedade Civil, fundada em 2001, atua na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi, Baixo Sul da Bahia, região integrante da Mata Atlântica, um dos hotspots de maior biodiversidade no Brasil e no mundo, e que abrange cinco municípios em uma área de 171 mil hectares.

Trabalha no planejamento da paisagem, visando a concepção e prática de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Busca promover a conservação do solo, da flora, da fauna, e revitalizar os recursos hídricos, além de fornecer assistência técnica para agricultores sobre o planejamento e regularização de suas propriedades com ações de reflorestamento, inserção de Sistemas Agroflorestais e apoio à certificação socioambiental. Realiza capacitações para um melhor uso dos recursos naturais, contribuindo para que a agenda ambiental esteja intrinsecamente relacionada com o crescimento econômico dos agricultores familiares.



Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves – Coopatan

Fundada em 2000 por produtores rurais da região, a Coopatan está localizada no município baiano de Presidente Tancredo Neves. Teve faturamento em 2018 superior a R\$ 13 milhões e garante renda e qualidade de vida aos seus mais de 300 cooperados, sendo mais de 95% de agricultores familiares.

Sua atuação é pautada no desenvolvimento da tecnologia de produção e organização com posterior beneficiamento, visando agregação de valor e maior renda aos cooperados. Atua sinergicamente com o setor de distribuição e comercialização do produto, por meio da identificação e conquista de parceiros comerciais.

Ao oferecer orientação para o planejamento da produção e assistência técnica, a Coopatan vem conseguindo elevar significativamente os índices de produtividade na região. Tem como principais produtos banana-da-terra, aipim, abacaxi, farinha de mandioca, abacate e banana-da-terra chips.

R\$ 13 milhões
faturamento 2018

300
Cooperados

95%
Agricultores familiares

Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves – CFR-PTN
 Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha – CFAF
 Casa Familiar Rural de Igrapiúna – CFR-I



Foram fundadas respectivamente em 2002, 2005 e 2007, com apoio da Fundação Odebrecht, por pais de alunos e produtores rurais. São Organizações da Sociedade Civil com títulos de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA). Oferecem cursos Técnicos Profissionalizantes integrados ao Ensino Médio em Agropecuária (CFR-PTN), Florestas (CFAF) e Agronegócio (CFR-I).

São integrantes do Programa de Escolas Associadas (PEA) da UNESCO e utilizam como metodologia a Pedagogia da Alternância, promovendo as adaptações necessárias à vida rural e da região, através de uma educação para o desenvolvimento sustentável. Os alunos passam uma semana na escola em período integral, com aulas teóricas e práticas, e duas semanas nas propriedades de suas famílias aplicando os novos conhecimentos em seus projetos produtivos sob o acompanhamento de monitores especializados. Para implantação dos projetos, recebem também insumos para iniciar os cultivos, obtendo renda e reinvestindo o lucro em novos ciclos produtivos.



Esses adolescentes atuam ainda em suas comunidades como importantes disseminadores dos conhecimentos aprendidos na escola e influenciam o ambiente em que vivem, tornando-se referência e contribuindo para a transformação familiar e social. Eles aprendem a importância de compartilhar tecnologias e a contribuir para o crescimento de quem está a sua volta – o que acontece, por exemplo, a partir de ações multiplicadoras e Seminários Rurais, nos quais são capacitados outros agricultores da região onde moram.



Mais de
1.220
 jovens formados e em
 formação

Associadas a Rede
PEAUnesco

Dessa forma, a Figura 1, a seguir, apresenta áreas de trabalho das cinco instituições e suas respectivas interfaces que subsidiaram a definição da amostra. As Casas Familiares foram agrupadas em uma única área para facilitar a análise de contexto de atuação das instituições.

Área A: essa área está representada pelo Grupo Controle ou pelas unidades não beneficiadas pelo PDCIS.

Área B: essa área está representada pelas unidades que são beneficiadas pela OCT.

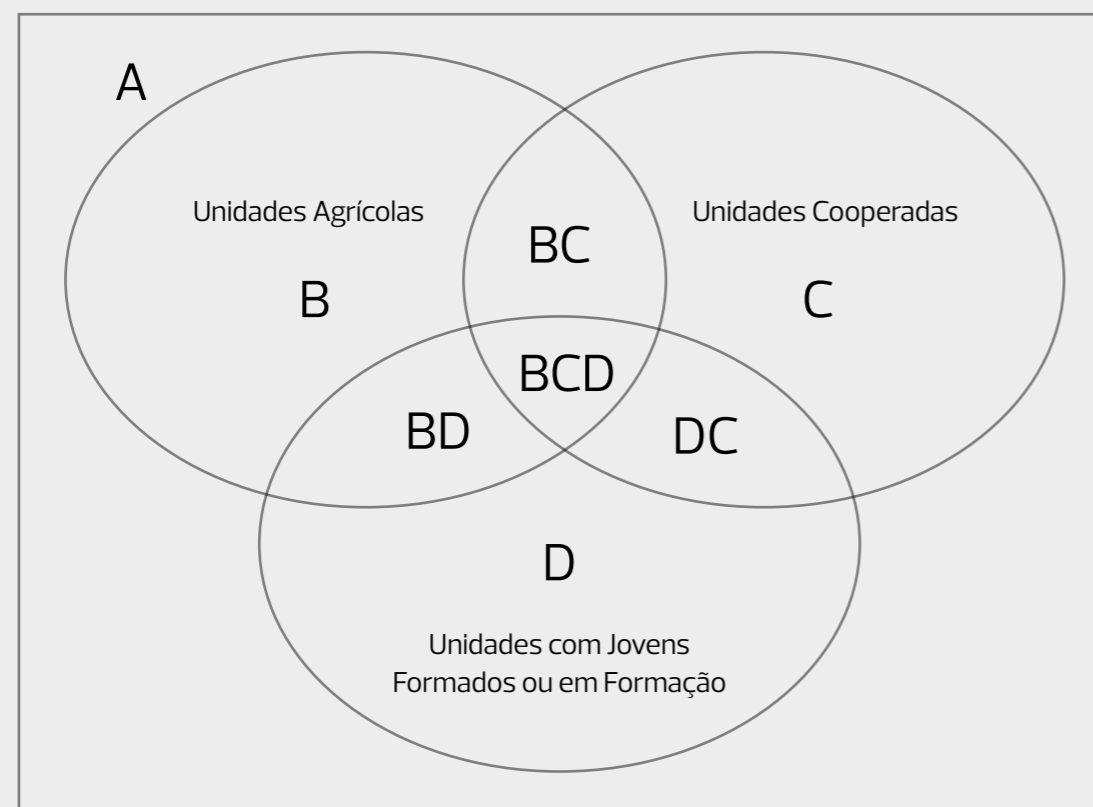
Área C: essa área está representada pelas unidades que são beneficiadas pela Coopatan.

Área D: essa área está representada pelas unidades que são beneficiadas pelas Casas Familiares.

Áreas de Interface: áreas que representam as unidades sendo beneficiadas por dois ou mais tipos de instituições do PDCIS.

FIGURA 1

Total de Unidades Agrícolas nos Municípios Atendidos (incluindo as Participantes do PDCIS)



Com base nessa estrutura de análise de cobertura, foi possível identificar o universo de unidades agrícolas que foram beneficiadas pelo PDCIS em 2017 em nove municípios prioritários (representando 82% do universo total), como apresentado na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1

Município	B. Unidades Agrícolas PDCIS - OCT	C. Unidades Cooperadas PDCIS	D. Unidades Jovens (formados ou em formação) PDCIS	Unidades BC	Unidades BD	Unidades CD	Unidades BCD	Total Beneficiários	Total Proprietários	% Atendido	IDHM (Brasil = 0,754)	NÍVEL IDHM
Nilo Peçanha	1	8	154	0	0	0	0	163	945	17,2%	0.547	BAIXO
Ibirapitanga	128	1	1	0	2	0	0	132	1067	12,4%	0.558	BAIXO
Presidente Tancredo Neves	0	133	141	0	0	82	0	356	3092	11,5%	0.559	BAIXO
Igrapiúna	43	0	78	0	6	0	0	127	1352	9,4%	0.574	BAIXO
Ituberá	0	1	73	0	0	0	0	74	952	7,8%	0.606	MÉDIO
Taperoá	0	13	101	0	0	0	0	114	1726	6,6%	0.566	BAIXO
Pirai do Norte	19	0	27	0	0	0	0	46	1017	4,5%	0.533	BAIXO
Camamu	0	0	61	0	0	0	0	61	2033	3%	0.565	BAIXO
Valença	0	55	59	0	0	0	0	114	5668	2%	0.623	MÉDIO
TOTAL	191	211	695	0	8	82	0	1187	17852	6,6%	N/A	

Como demonstrado, em 2017, nos nove municípios prioritários, o PDCIS atendeu 1187 unidades agrícolas. Isso representa 6,6% do total de unidades agrícolas dos nove municípios, de acordo com o novo Censo Agrícola nacional 2018. Em alguns municípios, essa proporção chega a mais de 17%, como é o caso de Nilo Peçanha.

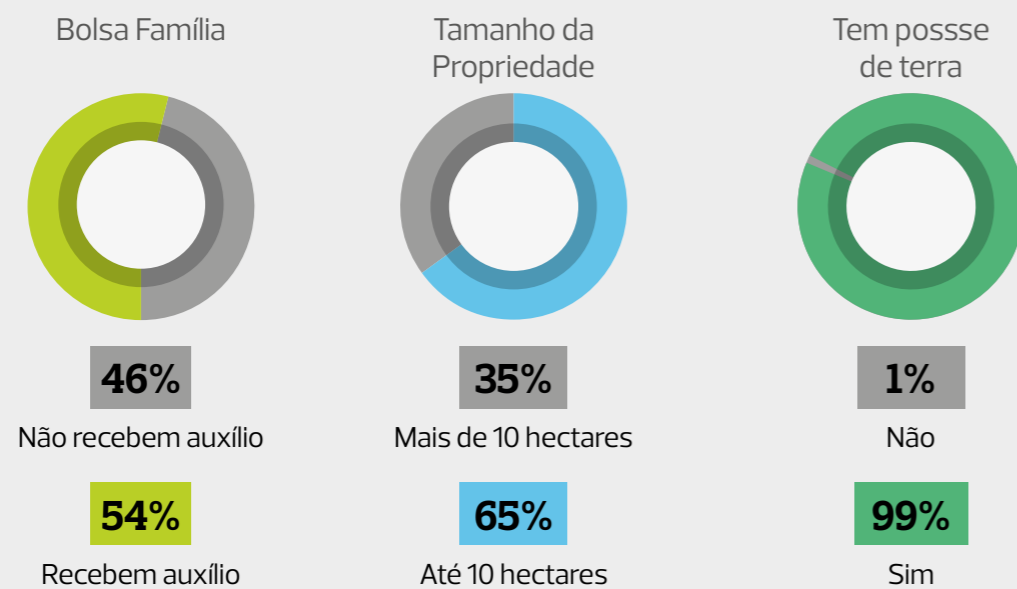
Além disso, verifica-se que sete dos nove municípios estão em nível Baixo no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e os outros dois em nível médio, mas com valores muito próximos ao limite do nível baixo de IDHM. A área desses municípios totaliza 5.668,103 km².



3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

a) Perfil das unidades agrícolas visitadas e agricultores entrevistados

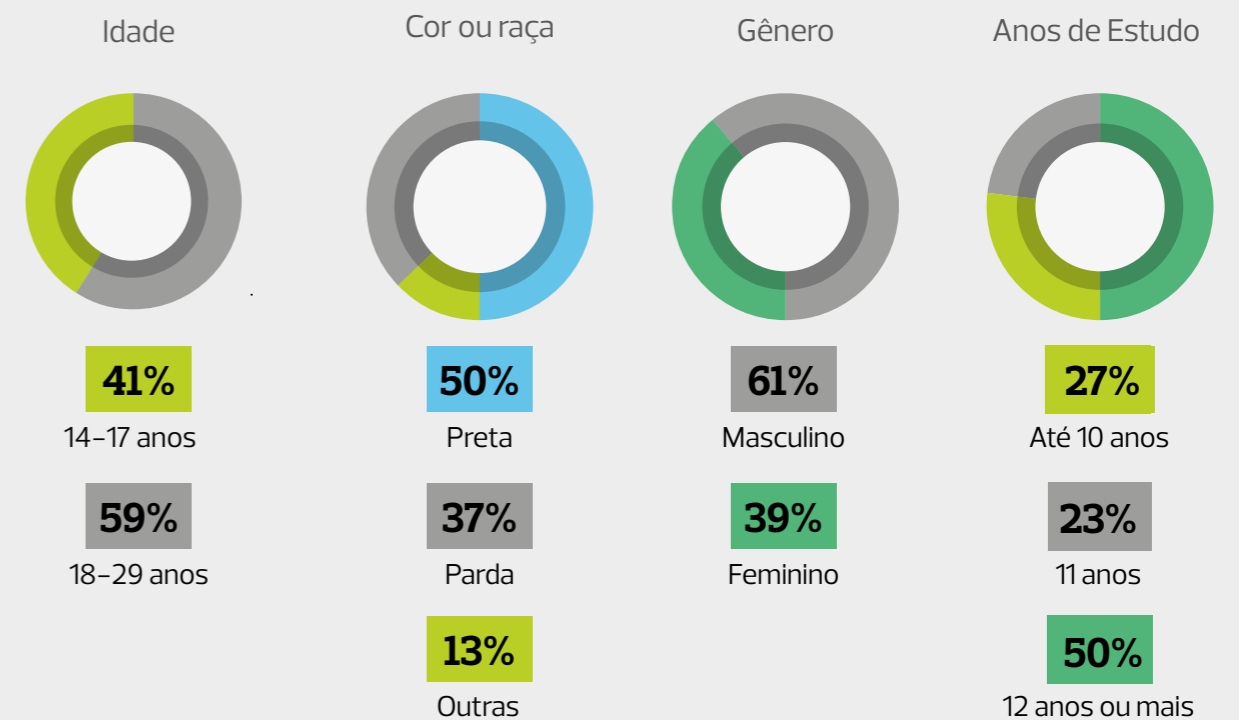
Foram entrevistados 190 agricultores nos nove municípios já citados, que tiveram suas unidades agrícolas visitadas pela equipe da consultoria para realizar levantamento de informações sobre a propriedade e condições de vida dos moradores. Dentre vários aspectos, foi possível identificar se são beneficiários do Bolsa Família, qual o tamanho da propriedade e se têm ou não a posse da terra.



b) Perfil dos jovens entrevistados

Nas 190 propriedades visitadas também eram entrevistados os jovens, caso existentes, com questionário próprio para avaliar outros componentes.

Foram entrevistados, ao todo, 124 jovens, divididos entre aqueles que estavam matriculados ou denominados "em curso" nas instituições de ensino que fazem parte do PDCIS, aqueles que já haviam concluído sua formação nessas mesmas instituições, chamados de "egressos", e os do Grupo Controle que não foram e nem são beneficiários do Programa. Informações acerca do perfil desses jovens podem ser conferidas nos gráficos abaixo:



3.4 AMOSTRA

A definição do plano amostral, pré-teste de instrumento e coleta de dados da Avaliação de Impactos do PDCIS durou cerca de quatro meses. Nesse período, foram coletados dados em 190 unidades agrícolas, realizadas entrevistas com 190 agricultores e 124 jovens localizados em nove municípios do Baixo Sul da Bahia.

A coleta de dados foi desafiadora pela abrangência dos municípios onde estavam situadas as propriedades dos beneficiários e também do Grupo Controle. As propriedades visitadas estão nas áreas rurais desses municípios, com dificuldades de acesso e contatos telefônicos.

Entretanto, ao final da coleta, foi possível seguir corretamente o plano amostral e atingir as metas de coleta para cada uma das áreas identificadas para o estudo (Tabela 1). A Tabela 2, abaixo, apresenta o número de coletas realizadas, levando em consideração um erro amostral proporcional de 15%. Isso quer dizer que se buscou estabelecer uma diferença mínima de 15% entre os grupos caso (PDCIS) e controle para a identificação de níveis de impacto estatisticamente significativos.

TABELA 2

Município	Área A		Área B		Área C		Área D						Área BD		Área CD		TOTAL	
	Controle		OCT		Coopatan		CFR-I		CFAF		CFR-PTN		OCT e CFR-I		Coopatan e CFR-PTN		P	E
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Pres. Tancredo Neves	4	4	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	53	53
Nilo Peçanha	5	6	-	-	-	-	1	1	4	5	-	-	-	-	-	-	10	12
Ibirapitanga	4	6	6	6	-	-	1	0	-	-	-	-	2	2	-	-	13	14
Valença	4	1	-	-	13	13	-	-	2	2	5	5	-	-	-	-	24	21
Igrapiúna	5	5	18	18	-	-	2	2	2	1	-	-	6	6	-	-	33	32
Taperoá	4	7	-	-	4	4	2	1	4	5	-	-	-	-	-	-	14	17
Ituberá	4	5	-	-	-	-	2	4	4	5	-	-	-	-	-	-	10	14
Camamu	5	2	-	-	-	-	3	3	2	1	-	-	-	-	-	-	10	6
Pirai do Norte	4	3	12	12	-	-	3	3	4	3	-	-	-	-	-	-	23	21
TOTAL	39	39	36	36	37	37	14	14	22	22	5	5	8	8	29	29	190	190

■ Execução conforme planejado
 ■ Execução superou o planejado
 ■ Execução inferior ao planejado
 P = Planejado
E = Efetivado

Como demonstrado, o número de amostra planejado (P) foi devidamente seguido em relação ao número de amostras efetivadas (E). No total, 190 unidades agrícolas foram visitadas e aplicados os instrumentos de coleta para as dimensões econômica, social e ambiental para mais de 300 entrevistados.

! O Plano Amostral foi elaborado considerando 04 áreas macro distintas e suas intersecções, totalizando 08 áreas de interesse. Todas foram objeto da coleta de dados.

3.5 INDICADORES AVALIADOS

Como consta nos Anexos de I a IV desta publicação, diversos dados foram coletados para a composição de indicadores de gestão e impactos econômicos, sociais e ambientais do PDCIS, sendo:

- Para o nível de gestão (custo-eficácia), 186 indicadores.
- Para o nível de Impacto Econômico, 12 variáveis/ indicadores.
- Para o nível de Impacto Social, 42 variáveis/ indicadores.
- Para o nível de Impacto Ambiental, 13 variáveis/ indicadores.
- **Ao todo: 253 indicadores.**

Tais indicadores foram definidos no instrumento de Marco Lógico Avaliativo do PDCIS, elaborado em oficina específica com as principais partes interessadas do Programa (equipes da Fundação e das cinco instituições executoras), a partir de dinâmicas conduzidas pela JS/ Brasil Consultoria.

Posteriormente, os indicadores de impactos e de gestão foram transformados em instrumentos específicos, a fim de serem aplicados junto aos jovens, aos agricultores proprietários das unidades agrícolas e às instituições.

Para os estudos de gestão, foram coletados e detalhados todos os custos financeiros relativos ao PDCIS junto às instituições descritas. Todos os indicadores foram verificados quanto a seu Planejamento e Efetivação para o ano de 2017. Quando não eram aplicados a 2017, verificou-se o parcial realizado de 2018.

Em relação aos níveis de impacto, os indicadores foram comparados e analisados em modelos estatísticos explanatórios para verificar diferenças estatisticamente significativas entre o Grupo Controle e o grupo beneficiado pelo PDCIS.

Avaliar para Crescer

Francisvaldo Roza,
Diretor da Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR-I)

“A cada caminhada é necessário avaliar o quanto e como se caminhou, o que deve ser aplicado a tudo que fazemos. Isto traz eficiência, direcionamento e sentido. Em 11 anos de história, a CFR-I beneficiou muitas pessoas e continua contribuindo para um processo de mudança social da região onde está inserida, porém era necessário avaliar de forma mais profunda o que fizemos e fazemos. A Avaliação de Impactos do PDCIS traz uma série de informações e insumos que nos permitirá ajustar os processos de nossa instituição, em alinhamento com o Programa, aprimorando o como e o que fazemos – isso já está sendo colocado em prática. Também foi possível constatar a grande relevância do trabalho desenvolvido pela instituição para o Baixo Sul da Bahia, demonstrando que estamos no rumo certo.”

Imagine uma unidade produtiva agrícola em uma região de baixo IDH e com jovens em situação de vulnerabilidade, mas com enorme potencial produtivo. São famílias com sonhos, força de trabalho, terra e muita esperança de um futuro melhor. O que falta? Quais oportunidades devem ser construídas? A Avaliação de Impactos do PDCIS traz à tona respostas para essas importantes perguntas.

Com a identificação de um Grupo Controle (unidades agrícolas e jovens que não participaram do PDCIS) e a comparação com os beneficiários do Programa, foi possível identificar claramente o que acontece quando programas de incentivo estão presentes em regiões de vulnerabilidade. A história de vida abaixo demonstra um exemplo claro do que vem ocorrendo com as famílias que participam do PDCIS.

Apoio que dá bons frutos

Moradores de Presidente Tancredo Neves (BA) há 16 anos, Valcí e Valdir Santos contam que a atuação na agricultura sempre os marcou. “É o trabalho que sabemos e que gostamos de fazer”, afirma Valcí. Ao lado do marido, ela produz cacau, graviola, banana e aipim, sendo os dois últimos comercializados pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan), instituição da qual são associados.

Para eles, com o apoio da cooperativa, novas tecnologias foram implantadas em suas lavouras. “O suporte técnico ajuda muito. Antes, cultivávamos por conta própria e perdíamos produção, porque não sabíamos exatamente o que fazer com a terra”, reflete Valcí. “A melhor parte desse trabalho é quando vemos a qualidade do produto”, comenta o agricultor Valdir. A esposa completa: “quando chegamos no supermercado e vemos nossos frutos expostos e com qualidade, podemos dizer ‘fomos nós que cultivamos!’. A população da cidade está comendo, porque estamos produzindo e isso é muito gratificante”.



4.1 INVESTIMENTOS ENVOLVIDOS E NÍVEIS DE EFICÁCIA DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO

Logicamente, a transformação econômica, social e ambiental não vem sem investimentos financeiros adequados. No entanto, é fundamental estabelecer qual o valor total e por unidade beneficiada de todos os investimentos realizados. Além disso, é importante analisar se todas as ações planejadas foram efetivamente realizadas durante o ciclo de um investimento.

Esse é um princípio de gestão fundamental (custo-eficácia), utilizado para qualquer investimento que se faça, por exemplo na área comercial. Quem seria capaz de fazer um investimento importante sem um monitoramento de tudo aquilo que foi planejado e sem analisar os custos e margens de produção de seus produtos, serviços, etc.? Na área social, não pode ser diferente. A demonstração dos níveis de custo-eficácia é fundamental para determinar os investimentos necessários para a transformação e monitorar seus níveis de implementação.

Assim como na área comercial, a aprendizagem das análises custo-eficácia deve ser sempre utilizada para novos ciclos de investimento. A ideia principal desse processo é sempre minimizar os custos e potencializar os níveis de eficácia.

No entanto, como fazer isso sem saber qual é o atual patamar de custo-eficácia do investimento?

Neste primeiro ciclo de avaliação de impacto do PDCIS primou-se por realizar essa análise e todas as ações planejadas foram analisadas em função das evidências demonstradas pelos diversos parceiros institucionais do PDCIS, incluindo a própria Fundação Odebrecht, para verificar seu nível de eficácia e investimentos realizados. Os avaliadores visitaram todas as instituições e solicitaram evidências comprobatórias da implementação do que foi planejado, além de buscar os valores referentes a todos os investimentos feitos e número de unidades agrícolas e jovens cadastrados e diretamente beneficiados pelo PDCIS.

Os principais resultados aferidos foram:

- A taxa média de eficácia obtida foi de 67% de cumprimento das 186 metas de gestão planejadas. Ou seja, no total, as instituições parceiras do PDCIS conseguiram comprovar a realização de 67% de todas as atividades planejadas durante o ciclo de 2017.
- O custo financeiro total anual foi de R\$ 14.925.186,93, incluindo o investimento social privado e incentivado das Instituições e custos da Fundação Odebrecht. O custo médio mensal por beneficiário do PDCIS foi de R\$ 1.494,91. Esses custos, ajustado pela taxa de eficácia de 67%, foi de R\$ 2.219,61².
- O custo médio mensal por aluno foi de R\$ 2.598,65. Ajustado pela taxa de eficácia de 67%, foi de R\$ 3.878,58.

67%
Taxa média de eficácia

R\$ 2.219
Custo médio mensal por beneficiário

Abaixo, apresentam-se todos os custos financeiros do PDCIS para 2017. Assim, foi possível dimensionar os valores por beneficiário:

CUSTO-EFICÁCIA	VALORES
Total Investido em 2017 (incluindo custos da FO)	R\$ 14.925.186,93
Total de beneficiários (em curso)	832
Nível Médio de Eficácia Instituições do PDCIS (incluindo a Fundação Odebrecht)	67%
Custo médio mensal por beneficiário (em custo)	R\$ 1.494,91
Custo mensal ajustado pela eficácia média por beneficiário (em custo)	R\$ 2.219,61
Custo médio mensal por aluno (em custo)	R\$ 2.598,65
Custo mensal ajustado pela eficácia média por aluno (em custo)	R\$ 3.878,58

² Para se chegar a esse valor, divide-se o valor do custo por unidade beneficiada pelo nível médio de eficácia. O objetivo é incorporar, também no valor final dos investimentos realizados, possíveis perdas de eficácia.

Convicção dos Impactos

Miguel Fontes, Diretor na JS/Brasil Consultoria e Capacitações



A Avaliação de Impactos do PDCIS foi desafiadora. Avaliar impactos econômicos, sociais, ambientais e ainda os resultados da gestão do Programa. Quatro dimensões de análise, mais de 250 indicadores e visita a quase 200 propriedades do Baixo Sul da Bahia. Um trabalho orquestrado e realizado por muitas mentes e mãos, com todo o apoio da Fundação, independentemente das informações e dados que teríamos ao final do processo. Concluídos os trabalhos, temos a certeza do ineditismo do trabalho feito, pela sua qualidade científica, caracterizada por um modelo robusto de avaliação de impacto, que contou não apenas com grupos que receberam o PDCIS, mas também grupos de controle, ou seja, que não receberam o Programa, dentro do método de Diferenças em Diferenças. Na literatura, há poucos casos de avaliações desta natureza com a força e a segurança empreendida neste projeto. Daí a convicção dos impactos aferidos no PDCIS, assim como dos caminhos ainda a percorrer para que o programa seja ainda mais transformador para os jovens e famílias do Baixo Sul.



4.2 IMPACTOS

Neste item e com base nos investimentos demonstrados, serão apresentados os Impactos que o PDCIS produziu na vida dos jovens participantes, suas famílias e comunidades de influência, considerando três análises: econômica, social e ambiental.

4.2.1 Entendendo os Impactos Econômicos

Neste nível de impacto, vamos tratar dos retornos econômicos do PDCIS, a partir da incorporação de comportamentos de empreendedorismo, empresariamento, entre outros, vinculados ao custo-benefício do Programa, sua Taxa Interna de Retorno e a geração de riquezas econômicas para todo o Baixo Sul da Bahia.

É importante ressaltar que, neste nível de análise de impacto, é necessário analisar outros custos econômicos que não foram mobilizados diretamente pelo PDCIS, mas que podem ser caracterizados também como investimento. Por exemplo, ao imaginar um espaço físico que foi utilizado para formação de jovens, mas que não fazem parte do orçamento financeiro do PDCIS. Para que uma análise econômica seja correta, é necessário incorporar os custos de "aluguel" desse espaço. É o que se chama na economia de custo-oportunidade.

Outros procedimentos também são necessários, como verificação de distorções de preços praticados pelo PDCIS em relação aos preços de mercado, fatores de descontos, contrapartidas, trabalhos voluntários etc. Tudo isso para uma noção clara e bastante conservadora de todos os bens e riquezas que foram mobilizados da sociedade para a realização deste investimento.

Reforçando a importância de incorporar esses fatores econômicos nos custos, quase R\$ 4 milhões a mais foram identificados a partir das técnicas mencionadas e incorporados aos custos financeiros para o desenvolvimento de um modelo econométrico robusto.

Por outro lado, no caso dos benefícios econômicos, evidências estatisticamente significativas foram analisadas em modelos de regressão multivariada para, com precisão, verificar se houve realmente uma transformação econômica da realidade. A partir do uso dos instrumentos de coleta de dados nas unidades produtivas e junto aos jovens que participaram e aos que não participaram do PDCIS, foi possível verificar que:

- Aqueles que participaram do PDCIS reduziram 65% em média a dependência do Bolsa Família.
- As propriedades participantes do PDCIS tiveram aumento de renda médio de R\$ 25.593,24 anuais com a produção agrícola.
- O incremento de renda dos cooperados é de R\$ 40.000,00 anuais.

- Os Egressos obtiveram aumento de renda médio de R\$ 5.244,00 anuais em relação aos jovens que não participaram do Programa. Os mesmos egressos estão cerca de 50% mais ocupados do que aqueles que não participaram do PDCIS.
- O incremento de renda de quase R\$ 20.000,00 é significativo e evidencia a valoração da conservação ambiental dos que fizeram o planejamento integrado de suas propriedades e introduziram manejos agroecológicos e/ou orgânicos com o apoio da OCT. Isso demonstra os ganhos econômicos que podem resultar da melhoria no estado de proteção dos recursos naturais, a exemplo de mais acesso à água, áreas restauradas, implementação de manejos agroecológicos e Pagamento de Serviços Ambientais.

Com base nesses valores de custo e benefício econômico, um modelo econométrico foi desenvolvido e os impactos alcançados puderam ser estabelecidos:

- A geração de riqueza econômica com o PDCIS é considerável, com um Valor Presente Líquido (VPL) de mais de R\$ 20 milhões de geração de riqueza para o Baixo Sul da Bahia.
- Em consequência do grande volume de riquezas econômicas geradas, a razão benefício-custo do PDCIS foi de 2,13. Ou seja, para cada R\$ 1,00 investido em 2017, houve um retorno de mais de R\$ 2,00.
- Além disso, o PDCIS apresentou uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 57,8%. Esse indicador de impacto é fundamental, considerando que mesmo no caso de não haver recursos para investimento e se o PDCIS fosse uma política pública, créditos em bancos de fomento poderiam ser feitos até essa taxa de juros anuais para justificar sua implementação.

IMPACTOS ECONÔMICOS DO PDCIS (Valores de referência do ano de 2017)	
Custo Econômico Presente Bruto do PDCIS	R\$ 18.175.429,26
Benefício Econômico Bruto do PDCIS	R\$ 38.697.744,47
Valor Presente Líquido do PDCIS	R\$ 20.522.315,21
Taxa Interna de Retorno do PDCIS	57,8%
Razão Custo-Benefício do PDCIS	R\$ 2,13



IMPORTANTE: o aumento de renda dos egressos está vinculado à consolidação de seus Projetos Educativo-Produtivos e inserção em Cooperativas e Associações como apoio para a comercialização, aliado ao acesso a novas tecnologias agrícolas e uma educação empreendedora. Fatores que promovem maior atratividade para o trabalho no campo e consequente redução na taxa de desocupação.



O sonho de viver no campo

Bruno Santana, 16, aluno do 2º ano da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), já sabe que seu trabalho no campo é fundamental. “Da agricultura, saem os alimentos. Precisamos produzir não só para sustentar nossa família, mas para todas as famílias”, explica. Filho de Antônio e Maria Santana e morador de Presidente Tancredo Neves (BA), já cultivava mandioca, abacaxi e banana antes de ingressar na CFR-PTN, mas viu que era necessário obter mais conhecimento. “Nossa família atua na agricultura há muito tempo e sabíamos que precisávamos melhorar a produção e conhecer novas técnicas. Por isso me interessei pela escola”, conta.

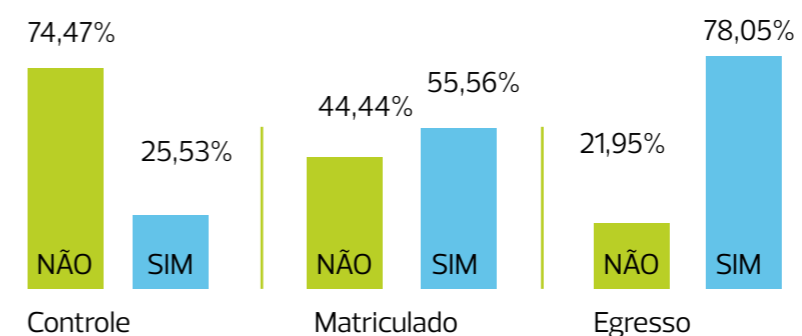
Desde que Bruno passou a estudar na Casa, passaram de 500 pés de banana plantados para mais de 1,5 mil. O jovem, no entanto, sabe que pode crescer ainda mais. “Quero expandir minhas áreas produtivas e plantar com qualidade. Faço minhas ações multiplicadoras junto à comunidade, a partir do que aprendo na Casa Familiar, e compartilho conhecimentos para que possam aplicar em suas áreas e ter mais rentabilidade”, diz.

Outros indicadores de impacto econômico, principalmente em relação à transformação na vida dos jovens, puderam ser avaliados:

Produtividade e ocupação

Os jovens que participaram do PDCIS apresentam uma taxa de participação em cooperativas e outros grupos produtivos significativamente maior do que o Grupo Controle. Para os matriculados, essa participação é mais de trinta pontos percentuais e no caso dos egressos é quase 53 pontos percentuais maior do que no caso dos jovens do Grupo Controle. Isso demonstra o espírito coletivo e de colaboração para se obter vantagens comuns em atividades econômicas ou de outra natureza.

Participação em cooperativa/outras grupos



Taxa de desocupação

Outro indicador econômico significativo é a taxa de desocupação dos egressos que é aproximadamente 37 pontos percentuais menor em relação ao grupo controle e mais de oito pontos percentuais menor em relação à taxa de desocupação do estado da Bahia.

Grupos	Taxa de Desocupação
Controle	46,8%
Matriculados (em Curso)	27,8% ¹
Egressos	09,7% ²
Bahia	17,9% ³

¹A Taxa de Desocupação dos **Matriculados** no PDCIS é significativamente menor do que a do grupo de controle.

²A Taxa de Desocupação dos **Egressos** do PDCIS é praticamente a metade da taxa do Estado da Bahia.

³Fonte: <http://bahia.ba/bahia/estado-lidera-ranking-nacional-de-desemprego-em-2018/>

IMPORTANTE: o Jovem que participa/participou do PDCIS aumenta significativamente sua relação com a terra e o Baixo Sul, mesmo levando em consideração que situações adversas podem levar sua família a ter que sair da região.

Orgulho em fazer parte

Michael Lagowski, Líder de Equipe – Filantropia Corporativa, Mitsubishi Corporation



A Mitsubishi Corporation tem apoiado com orgulho o trabalho da Fundação Odebrecht na Bahia desde 2009. Eu tive a grande sorte de ter visitado algumas Casas Familiares Rurais ao longo dos últimos cinco anos e as mesmas três palavras vêm em minha mente sempre que vejo o programa em ação: maturidade, dedicação e (real) impacto. Maturidade mostrada por jovens estudantes que tomam a decisão consciente de ajudar suas famílias a ter uma vida melhor e que se tornam líderes em suas comunidades; dedicação demonstrada pelos educadores que guiam e apoiam os alunos de forma incondicional, dentro e fora do campo; e real impacto, que se reflete em histórias de sucesso contadas pelos estudantes e reafirmadas pela Fundação Odebrecht em recente estudo de impacto realizado. É muito reconfortante saber que o nosso apoio continua tendo um impacto positivo nas comunidades locais e estou ansioso para que, em breve, eu tenha a oportunidade de uma próxima visita.

ORIGINAL:

"Mitsubishi Corporation has been a proud supporter of the Odebrecht Foundation's work in Bahia State since 2009. I have had the good fortune of visiting several Rural Family Houses over the past 5 years and the same three words come to mind every time after seeing the program in action: maturity, dedication and real impact – maturity shown by the young students who have made a conscious decision to help create a better life for their families and to become leaders in their own communities; dedication shown by instructors who wholeheartedly guide and support students on and off campus; and real impact as reflected in success stories told by students and confirmed in the Odebrecht Foundation's recently completed impact study. It is very reassuring to know that our support continues to have a positive and lasting impact on the local communities and I look forward to another opportunity to visit in the near future".

Conhecimentos, atitudes e práticas econômicas

Diversos outros impactos foram identificados no acesso a conhecimentos e nas atitudes e práticas econômicas dos jovens que participaram do PDCIS. Estes foram os indicadores que obtiveram impactos estatisticamente significativos:

1. Sonho em empreender;
2. Recebeu educação para empreendedorismo;
3. Buscou acesso a novas tecnologias agrícolas;
4. Já teve oportunidade de utilizar novas tecnologias agrícolas;
5. Não tem intenção de sair da propriedade a fim de buscar melhores condições de vida;
6. Ajuda a administrar alguma propriedade rural;
7. Participa de rede de certificação participativa.



4.2.2 Entendendo os Impactos Sociais

Os impactos sociais analisados estão relacionados à capacidade das unidades produtivas e dos jovens para atuar com autonomia nas suas comunidades. Correspondem aos aspectos de equidade produzidos pelo PDCIS na vida de seus participantes, às suas necessidades humanas, a integração com as propriedades e a melhoria da qualidade de vida.

Diversos indicadores de conhecimentos, atitudes e práticas sociais foram avaliados para verificar as diferenças estatisticamente significativas entre beneficiários do PDCIS e os que não são e dos jovens que participam das ações do PDCIS e os que não participam.

Os aspectos sociais na região rural são de grande relevância, pois sabe-se que a Bahia é o Estado que tem a maior população rural do país, com 3.914.430 habitantes. No entanto, de 2000 a 2010, cerca de 10% migraram para a cidade e, desse total, 50% são jovens. Levando em consideração que 70% dos alimentos que chegam à mesa da população vêm da agricultura familiar, o processo de êxodo rural é um obstáculo ao desenvolvimento dessa agricultura na Bahia. (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia).

No caso das unidades produtivas, estes foram os indicadores que demonstraram impacto significativo e que podem ser relacionados diretamente à atuação do PDCIS:

1. Redução na utilização do Bolsa Família como renda;
2. Maior participação do Jovem na Propriedade;
3. Maior participação em Cooperativas e Associações;
4. Menor dificuldade no período de Seca com melhor acesso à água, incluindo a disponibilidade para usos pessoais;
5. Redução na dificuldade em conseguir alimentos, ou até mesmo não ter o que comer;
6. Correta destinação do esgoto (céu aberto).



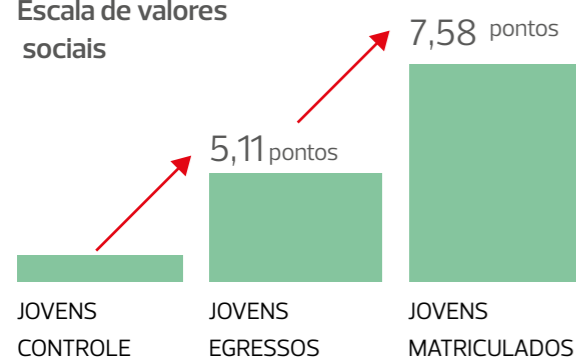
IMPORTANTE: o aumento significativo da participação do jovem na propriedade é um contraponto às tendências observadas de problemas como êxodo, baixa atratividade para as novas gerações e o envelhecimento da população rural.



PONTOS DE ATENÇÃO!

O PDCIS não impactou significativamente em questões como acesso a serviços públicos (transporte, saúde e segurança, assistência técnica), a uma alimentação variada, aumento na participação dos beneficiários em trabalhos comunitários e movimentos sociais ou de uma maior participação das mulheres nas propriedades. Com relação a participação das mulheres, já há no Programa um grande avanço na formação de jovens com equivalência de gênero nas escolas, participação de mulheres na Cooperativa e também nas propriedades, porém em um papel um pouco mais passivo. O melhor acompanhamento dos egressos e, particularmente do egresso do gênero feminino, poderá estimular mais a liderança no campo e inserção na vida econômica.

Escala de valores sociais



Na escala de valores sociais (para 42 indicadores de engajamento social), os jovens egressos estão 5,11 pontos acima e os matriculados 7,58 pontos acima dos jovens do Grupo Controle. Esta relação é estatisticamente significativa.

Dentre os diversos indicadores que compõem a escala de valores sociais do PDCIS para os jovens, os que demonstraram impactos estatisticamente mais significativos foram:

1. Reconhecimento da Família e Sociedade (referência positiva na comunidade);
2. Orgulho da origem e da terra onde mora;
3. Desejo de ficar no campo no futuro e trabalhar com a terra;
4. Confiança em falar e se posicionar com outras pessoas;
5. Mais propenso a ajudar e compartilhar conhecimento com outras pessoas;
6. Forte participação social.



PONTOS DE ATENÇÃO!

O PDCIS não impactou significativamente em questões como auto reconhecimento (autonomia, autoestima), compreensão dos direitos e deveres como cidadão; participação política; participação e engajamento familiar.

Visão empreendedora na agricultura

A família de Lana Kuratani, 16, já trabalhava com agricultura antes da jovem ingressar na Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR-I). Estudante do 2º ano, ela conta que deseja permanecer no campo e se aprimorar na atividade. "Vejo no futuro nossa roça com diversas culturas. Quero produzir sempre com qualidade", almeja. Ao lado da mãe, Yuriana, cultiva cacau e cravo. "Ela ajuda bastante e amplia nosso horizonte. Nossa renda melhorou muito desde que Lana entrou para a Casa e trouxe mais conhecimento", afirma a agricultora. Com as novas técnicas que a aluna aprende na escola, a família passou de uma média de oito arrobas de cacau por colheita para 18.

Para o futuro, Lana se vê empreendendo. "Começo esse ano a produzir chocolate na pequena fábrica montada dentro da minha escola, CFR-I. Quero ter minha própria marca", relata. Moradora de Ituberá (BA), a jovem comenta também sobre a importância de ajudar os demais agricultores do entorno a se desenvolverem. "Não fico só recebendo o conhecimento e guardando, mas também compartilho com a comunidade", explica.

Valorização do ser Humano

Robson Amparo de Carvalho, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nilo Peçanha (BA)



Os projetos sociais desenvolvidos no município de Nilo Peçanha têm sido de grande valia, tanto no quesito econômico quanto nos aspectos sociais de maior destaque. Economicamente, somos uma região com escassez de investimentos, não possuímos muitas fontes de trabalho e emprego e, ter como parceira a Fundação Odebrecht, é hoje um dos maiores avanços que conseguimos alcançar. Isso se dá em razão da seriedade e responsabilidade que a instituição tem ao tratar do quesito valorização do ser humano em suas mais diversas formas e peculiaridades. Sinto-me honrado em ser partícipe desse grande projeto, apoiando as ações e buscando, em parceria com a Prefeitura Municipal de Nilo Peçanha, melhores condições para que as atividades desenvolvidas possam ganhar mais corpo, notoriedade e sejam significativas em outros âmbitos. Fazer parte dessa história é fazer parte da construção de um futuro melhor que começa a ser vivido no presente.



4.2.3 Entendendo os Impactos Ambientais

O conceito de desenvolvimento sustentável (o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades) é uma das prerrogativas para os investimentos realizados pelo PDCIS. Ou seja, quanto mais benefício econômico e social melhor, porém sem aumento dos impactos ambientais negativos. Trata-se da preservação e conservação do meio ambiente, fundamental para a qualidade de vida das gerações atuais e em benefício das gerações futuras.

Sob essa ótica, diversos indicadores de impacto ambiental foram analisados em relação aos benefícios ambientais evidenciados pelo PDCIS. Dentre os impactos aferidos entre as unidades que foram expostas e aquelas que não participaram do Programa, destacam-se:

- Os agricultores atendidos pelo PDCIS estão cinco vezes mais propensos a ter seus cadastros de regularização da propriedade atualizados. Isso significa que, a cada cinco agricultores beneficiados pelo PDCIS com cadastro regular, apenas um agricultor no grupo controle possui tal cadastro.
- Os agricultores atendidos pelo PDCIS estão 3,16 vezes mais propensos a não usar queimadas. Por outro lado, estão 3,17 vezes mais propensos a usar agrotóxico ou outros produtos potencialmente danosos ao meio ambiente, o que pede atenção para verificar possíveis limites do uso controlado, com receituário e acompanhamento.
- Os agricultores do PDCIS estão 3,07 vezes menos propensos a enterrar, jogar ou queimar embalagens de agrotóxicos vazias.
- Os beneficiários do PDCIS estão 5,80 vezes menos propensos a enterrar ou queimar lixo doméstico. Por outro lado, não houve diferença estatística nas práticas de destinação do lixo doméstico (coletado pelo sistema municipal; reciclado; enterrado/queimado; jogado no meio ambiente; separação de lixo orgânico para compostagem ou outro destino) ou destinação do esgoto (se o destino do esgoto é rede coletora de esgoto ou pluvial; fossa revestida com alvenaria; fossa sem revestimento; céu aberto, vala, rio, lago ou mar; fossa séptica econômica ou outra forma), quando comparados às unidades de controle.
- No PDCIS, os beneficiários possuem em média 0,58 a mais de nascentes do que as propriedades do Grupo de Controle. Por outro lado, não houve diferença estatística para as medições de tamanho de área de retenção das nascentes, número médio de espécies de Sistema Agroflorestal (SAF) e existência de área restaurada. Estas últimas variáveis são significativas apenas para as propriedades atendidas pela Organização de Conservação da Terra (OCT).

IMPORTANTE: o aumento significativo de variedades no SAF é relevante para potencializar os efeitos na renda do agricultor e ainda contribuir com o melhor controle de temperatura, da umidade relativa do ar e da umidade do solo. Por causa disso, a adoção de SAFs proporciona mudanças significativas no microclima de uma propriedade rural.



Em respeito ao meio ambiente

Morador de Ibirapitanga (BA), o agricultor Eliseu de Oliveira, 47, trabalha em harmonia com o meio ambiente. Com a esposa Valcir e os filhos, Frank e Bruna, mora em uma propriedade que já teve três nascentes restauradas com o apoio da Organização de Conservação da Terra (OCT). “A água é um patrimônio muito grande. Quando alguém vê uma nascente, quer cortar as árvores e plantar nesta área porque é mais úmido. Mas assim se está pensando apenas no presente. Precisamos trabalhar na agricultura pensando no dia de amanhã”, reflete.

Desde que começou a reflorestar sua propriedade, percebeu uma melhora em qualidade de vida e também no cacau e banana-da-terra que cultiva. “Sentimos o ar mais diferente. Agora, até a nossa produção aumentou. Fica mais fresco para a planta e conseguimos trabalhar melhor”. Satisfeito com os benefícios oriundos das práticas de conservação ambiental, Oliveira incentiva que outros agricultores sigam o mesmo caminho. “Temos a riqueza de nascentes boas na região. Não podemos destruir. É preciso conservar o meio ambiente”.

Parceria pelo Desenvolvimento Sustentável

Jorge Soto, Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem



O meu sentimento é de orgulho. Orgulho de apoiar os projetos da Fundação Odebrecht. Estes projetos promovem a inclusão social através do empreendedorismo e da preservação ambiental. Isto está completamente alinhado com o propósito empresarial da Braskem de melhorar a vida das pessoas. Entendemos que o desenvolvimento sustentável jamais pode ser conduzido de forma isolada, portanto, esse tipo de parceria é fundamental, principalmente quando há o alinhamento completo de valores, como é o caso dos projetos que trabalhamos e das organizações que estamos falando. Este tipo de parceria com certeza contribui muito para fortalecer o papel da Braskem na promoção do desenvolvimento sustentável de forma ética e transparente. Vida longa às iniciativas da Fundação Odebrecht.



O estudo não engloba todo o trabalho realizado pelo PDCIS desde sua implementação inicial. Está baseado em um ciclo de desenvolvimento de 12 meses durante o ano de 2017. Vale ressaltar que o PDCIS foi criado em 2003 e, ao longo de seus 15 anos, já chegou a apoiar, simultaneamente, 20 instituições executoras na região do Baixo Sul da Bahia.

Além disso, durante o ano de 2017, outras instituições receberam recursos do PDCIS e participaram de suas atividades. Porém, como já não fazem mais parte do Programa, não foi possível analisar seus cadastros ou convidá-las para participar da avaliação.

Mesmo levando em consideração que todos os descontos foram feitos no rateio de custos da Fundação Odebrecht e que foram analisados somente os jovens e unidades agrícolas com cadastros ativos nas cinco instituições remanescentes, o impacto global do PDCIS poderia ter sido maior ou menor caso essas instituições que não fazem mais parte do PDCIS estivessem participando do estudo.

Embora seja parte do plano amostral, a área de interface BD (OCT – Casas Familiares) não foi utilizada na maior parte das análises em função do baixíssimo número de unidades com essas características. Na maioria dos casos, foram insignificantes as diferenças em relação ao controle em função da baixa representatividade em relação ao universo total da amostra.



Hoje, pode-se afirmar que a Fundação Odebrecht possui uma ferramenta valiosa de controle e atuação territorial das unidades agrícolas atendidas pelo PDCIS em todo o Baixo Sul da Bahia. Esta ferramenta permitirá maior e melhor mapeamento e manejo de suas estratégias nos municípios e propriedades.

Verifica-se também que, predominantemente, os tipos de instituições envolvidas no PDCIS estão atuando de forma não integrada. O nível de integração é de apenas 6,7% no caso de trabalhos com as mesmas unidades da OCT com as Casas Familiares (0,6%) e Coopatan com as Casas Familiares (6,06%). Recomenda-se o fortalecimento de ações que potencializem essa integração.

GESTÃO – Mesmo considerando a diversidade organizacional das instituições que executam o PDCIS, verificou-se padrão satisfatório de gestão. Os indicadores desenvolvidos e compartilhados pelos vários atores mostraram-se factíveis. Fortalecer o monitoramento desses indicadores em um sistema a ser gerenciado de forma conjunta entre Fundação Odebrecht e tais instituições será fundamental para o revigoramento e consolidação de novos ciclos de execução do Programa.

ECONÔMICO – Os impactos econômicos apresentaram-se significativos. O ciclo de 2017 do PDCIS gerou riqueza considerável para os jovens, famílias e todo o Baixo Sul da Bahia. As Instituições possuem relação benefício-custo positiva. Os retornos estão comprovados, com segurança estatística e robustez do modelo utilizado. A menor taxa de desocupação e maior participação em cooperativas dos jovens matriculados e egressos são indicadores da força econômica do PDCIS.

SOCIAL – Os impactos sociais afetam diretamente a diminuição de desigualdades com a redução no uso do Bolsa Família e de dificuldades em períodos de seca. Já os matriculados e Egressos foram impactados na dimensão social em diversos aspectos. Contudo, é necessário discutir como o PDCIS poderia ser ajustado de forma a que os impactos produzidos nos Matriculados durem mais tempo, refletindo-se na manutenção de atitudes e práticas dos Egressos.

AMBIENTAL – No plano ambiental, os impactos demonstrados mostram força e maior consciência ambiental, com resultados ainda mais expressivos com os agricultores atendidos pela OCT. Sugere-se atenção para discutir ações de conscientização para o uso racional de agrotóxicos, em atenção ao binômio conservação x produção.

- CASTRO, A. O Primeiro Passo. Artigo. Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição 4 - 1/11/2004.
- CHRISTMANN, A. e VAN AELST, S. Robust estimation of Cronbach's alpha. Journal of Multivariate Analysis. Volume 97, Issue 7, agosto 2006, Pg. 1660-1674.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n. 016/2000.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução n. 196/96.
- GITTINGER. J. P. 1982. Economic Analysis of Agricultural Projects. The Johns Hopkins University Press. Maryland, USA.
- HIDALGO, L. J., Logical Approach to Project Management in PAHO (Pan American Health Organization), 2003.
- HOOVER, E. M. Jr.: An Introduction to Regional Economics, 1984, ISBN 0075544407.
- KEPPEL, SAUFLEY & TOKUNAGA. WH FREEMAN. Introduction to Design and Analysis. Students Handbook. 1992.
- LOPEZ, H. The Social Discount Rate: Estimates for Nine Latin American Countries. Policy Research Working Paper 4639; Banco Mundial, 2008.
- SCHLESSELMAN & STOLLEY. Case-Control Studies: Design, Conduct and Analysis. Oxford University Press, 1982.
- SCHUTT, R. K. Investigating the social world: The process and practice of research. Thousand Oaks: Pine Forge Press, Sage Publications, 2004.

Websites Acessados:
www.viravida.org.br

8.1 TERMOS RELACIONADOS AO ESTUDO DE IMPACTO

Avaliação de Impacto

É a investigação de mudanças no indivíduo e em sua vida pessoal, e não apenas em relação ao seu envolvimento em um determinado programa. Foca na investigação de mudança de conhecimentos, atitudes e hábitos trabalhados pelo programa e suas condições de vida e de sua família/comunidade. É dividida em 3 análises: financeira, econômica e social.

Análise de Custo-Eficácia (Financeira)

Esta análise é uma das três dimensões da Avaliação de Impacto e trata de reflexões sobre o padrão de qualidade do Programa, suas práticas de gerenciamento e demais itens que devem estar sob o controle dos gestores e técnicos que planejam e realizam a intervenção. Em outras palavras, esta é a análise da gestão ou da oferta do programa. O objetivo desta análise é identificar de que forma as ações da intervenção podem alcançar maior eficácia com menor custo, a partir de seus pontos fortes e gargalos. Para se investigar o possível padrão de gestão do Programa, utilizam-se os objetivos, metas, indicadores, meios de verificação, riscos, insumos e produtos expressos no Marco Lógico de Avaliação do Programa. A análise financeira é composta de três elementos:

- Custo Financeiro³: o custo do Programa é medido a partir da soma dos valores investidos para realização do Programa, ou seja, os recursos financeiros disponibilizados pela matriz, quando houver, verbas das unidades responsáveis pela execução e rateio (incluindo viagens, custos administrativos, entre outros).
- Eficácia⁴: a eficácia é medida a partir da coerência entre o que é estabelecido no planejamento e o que é efetivamente cumprido. A taxa média do nível de eficácia de cada unidade implementadora é resultado da soma de todos os indicadores de eficácia da mesma unidade sobre o número total de indicadores.
- Eficiência: também é chamada de Eficácia do Custo, a Eficiência expressa a relação entre resultados e recursos. A avaliação da eficiência incide sobre o processo de entrega (medida entre planejado e executado) e os recursos utilizados para atingir os resultados.

³ É o valor de todos os bens e serviços usados para a realização do Programa durante um determinado período de tempo. É diferente do conceito de Despesa, que nada mais é que o montante de recursos gastos num período de tempo; não há a preocupação com os produtos gerados. Tradução livre de Hidalgo, L. J., Logical Approach to Project Management in PAHO (Pan American Health Organization). 2003.

⁴ A Eficácia mede o grau de realização dos resultados esperados. É a expressão do grau em que as atividades resultaram na resolução dos problemas identificados na análise de problemas. Os resultados e os indicadores devem ser claramente indicados no começo de modo que seja possível comparar o desempenho real ao desempenho planejado. Idem 3.

Análise de Custo-Benefício (Econômica)

É uma análise econômica, onde se projetam os benefícios e custos com base em valores de mercado para determinado ciclo de tempo em relação aos indivíduos avaliados, utilizando taxas de desconto específicas. É obtida a partir de modelo de projeção econométrica, que deve ser pensado e criado especificamente para cada intervenção. Aponta impactos de produtividade ou redução de perdas futuras como a maioria dos investimentos. Para que seja realizada, é preciso considerar os elementos a seguir:

Análise de Equidade (Social)

É o possível impacto do programa na redução das diferenças sociais, caracterizadas pelas transformações produzidas pela intervenção. Verifica como as transformações produzidas pela intervenção podem ser percebidas em relação a recortes específicos de renda, etnia, gênero, escolaridade, orientação sexual, entre outros. Deve-se utilizar algum índice de equidade, como o índice Hoover³.

Custo Econômico

É o custo financeiro total do programa ajustado pelos fatores "custo-oportunidade" – todo o recurso não financeiro aplicado ao programa capaz de agregar valores aos custos dos serviços – e "preço sombra": diferenças entre o preço de mercado e o preço praticado pelas unidades implementadoras na aquisição dos insumos necessários para a realização do programa. O custo econômico é sempre maior que o custo financeiro.

Preço Sombra

É o valor praticado pelo mercado na comparação com os valores dos insumos que são adquiridos pela iniciativa. Ou seja, é o preço com a menor distorção possível. Isso acontece porque, habitualmente, quando uma organização adquire qualquer insumo, ela tem a prática de buscar ao menos dois preços no mercado, principalmente atacado. Como a organização adquire pelo menor preço encontrado, pode-se aferir que o preço médio praticado pelo mercado é maior que o preço de aquisição. O preço sombra representa o valor médio de mercado de um produto ou serviço, em uma realidade de mercado específica.

Custo-Oportunidade

O custo-oportunidade é o valor que se associa à escolha renunciada de determinada opção de alocação de recursos. Quando se decide por uma opção, aceita-se as vantagens desta, mas se descarta as demais. Ou seja, a opção selecionada representa um custo de utilização deste recurso em outra ação. Em resumo, são recursos que não tiveram desembolso monetário, mas representam insumos fundamentais para o desenvolvimento do programa.

Marco Lógico

É um instrumento que auxilia o monitoramento e a avaliação dos programas. É composto por uma matriz na qual se relacionam objetivos, metas, indicadores, fontes de verificação, riscos, insumos, produtos e atividades.

Regressão Multivariada

É um conjunto de técnicas estatísticas que desenvolvem modelos que descrevem as relações entre diversas variáveis explicativas de um determinado estudo. A diferença entre a regressão linear simples e a múltipla é que na múltipla são tratadas duas ou mais variáveis explicativas.

Razão Benefício-Custo

É a divisão do benefício econômico líquido pelo custo econômico líquido, por pessoa atendida e total. Deve apresentar, como resultado principal, qual é o retorno em moeda da relação custo-benefício ou benefício-custo do programa. Isto é, para cada unidade de moeda investida, por exemplo, real (R\$), qual o retorno obtido.

Taxas de Desconto

Partindo-se do princípio de que todo benefício começa a depreciar a partir do primeiro dia do seu uso, devem-se estabelecer claramente as taxas de desconto a serem incluídas nas análises de custo-benefício. Pode ser um curso de curta ou longa duração, um tratamento de saúde, ou a exposição a um programa social, tudo é passível de depreciação. A questão, em uma análise econômica, é definir as taxas de desconto. Esse é um ponto convergente citado por todos os autores já incluídos neste tópico. As taxas e fatores, quando definidos, farão parte da equação econométrica de cálculo dos custos e benefícios.

Taxa Interna de Retorno (TIR)

Representa o limite em que um empréstimo poderia ser tomado no mercado para a realização do Programa avaliado. Isto é, até quanto vale a pena tomar um empréstimo para realizá-lo.

Valor Presente Líquido (VPL)

É riqueza econômica gerada em valor presente, isto é, valor monetário no momento da avaliação, do programa em um ciclo avaliativo. Exemplo, se uma intervenção for avaliada economicamente em relação à sua realização apenas em 2013, os resultados obtidos serão em relação apenas ao recorte avaliado.

8.2 TERMOS RELACIONADOS AO PDCIS

Cooperativa

É uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade. As premissas do cooperativismo são: Identidade de propósitos e interesses; Ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de contribuição e serviços; e Obtenção de resultado útil e comum a todos.

Desenvolvimento Sustentável

A definição mais conhecida para desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que preserva os recursos para o futuro.

Fundação Odebrecht

Instituição privada, sem fins lucrativos, mantida pela Odebrecht S.A. Tem como inspiração uma filosofia de vida pautada na Educação e no Trabalho, a TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht. Ao longo de seus 53 anos de existência, atuou de diferentes formas, sempre tendo como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o equacionamento de problemas originários da estrutura social e econômica, visando a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos. Tem como missão "Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e Superação de Limites", escolhendo o jovem como principal agente de transformação do contexto em que está inserido, juntamente com sua família.

Governança Participativa

Atuação conjunta entre Poder Público (Governos Federal, Estadual e Municipais), iniciativa privada e sociedade civil. No PDCIS, essa união se formaliza em prol de contribuir para a formação de uma nova geração de jovens protagonistas e multiplicadores de conhecimento para suas famílias e comunidades, com habilidades e competências voltadas a promover o Desenvolvimento Sustentável.

Hotspot

Territórios determinados como de grande biodiversidade, porém ameaçados.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

É uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano". A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

São uma coleção de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Agenda 2030 contempla metas amplas e interdependentes, mas cada uma tem uma lista separada de metas a serem alcançadas. Atingir todos os 169 alvos indicaria a realização de todos os 17 Objetivos. Os ODS abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

Organizações da Sociedade Civil (OSC)

São entidades privadas com participação social para iniciativas de interesse público.

PEA UNESCO

O Programa de Escolas Associadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma rede internacional de instituições de ensino que trabalham pelos valores e desenvolvimento da cultura da sustentabilidade e da paz.

Protagonismo Juvenil

Filosofia formativa promovida pela Fundação Odebrecht no final da década de 1980 e que hoje é um patrimônio do Terceiro Setor. Está focada na preparação do jovem para uma atuação competente, solidária e responsável. Tem como base os quatro pilares da educação que são o aprender a ser, a conviver, a fazer e a conhecer. Por meio dessas competências, o jovem reconhece seu potencial e aprende a conviver em grupo de forma sinérgica, realizando-se pelo trabalho, acessando novas informações e interagindo com elas.

Projetos Educativo-Produtivos (PEPs)

Implantação de áreas produtivas e desenvolvimento de atividades pelos alunos das Casas Familiares que estimulam o desenvolvimento de competências aplicadas à agricultura.

Sistema Agroflorestal (SAF)

Modo de plantio que combina culturas agrícolas com espécies arbóreas e abre mão da utilização de agrotóxicos.

Anexos

ANEXO I – INDICADORES DE GESTÃO

Foram coletados 186 indicadores das cinco instituições executoras do PDCIS e da Fundação: 03 Casas Familiares (38 indicadores comuns para cada), Coopatan (23 indicadores), OCT (32 indicadores) e Fundação (17 indicadores) para obtenção da taxa de eficácia média global do PDCIS.

1) Formar X% de jovens matriculados no Ensino Médio integrado:

Número de jovens matriculados
Número de jovens planejados

2) X% de educandos de 1º, 2º e 3º ano com conceito ótimo:

Número de jovens com conceito ótimo no 1º ano
Número de jovens matriculados no 1º ano
Número de jovens com conceito ótimo no 2º ano
Número de jovens matriculados no 2º ano
Número de jovens com conceito ótimo no 3º ano
Número de jovens matriculados no 3º ano

3) X% de jovens formados:

Número de jovens formados
Número de jovens matriculados

4) X% de evasão de educandos:

Número de jovens evadidos
Número de jovens matriculados

5) Acompanhar e avaliar X% dos jovens matriculados:

Número de jovens acompanhados
Número de jovens matriculados

6) X% de educadores formados (treinamento, inicial, continuada e periódica):

Número total de educadores formados para treinamento, inicial, continuada e periódica
Número total de educadores

7) X% de AMAS (Agricultores Multiplicadores Agricultura Sustentável) formados:

Número total de AMAS formados
Número total de AMAS

8) Cada Casa Familiar realizar o seu respectivo Seminário Integrado de Educação Profissional (SIEP):

Número total de SIEPs realizados para cada uma das CFs
Número total de SIEPs

9) Acompanhamento técnico de X% de propriedades/cooperados:

Número total de propriedades/cooperados acompanhadas tecnicamente
Número total de propriedades/cooperados

10) Adequação socioambiental e orgânica de X% de propriedades:

Número total de propriedades adequadas
Número total de propriedades

11) Capacitação de X% de agricultores em práticas agroecológicas:

Número total de agricultores capacitados
Número total de agricultores

12) Implantar X% dos projetos educativos produtivos (PEPs):

Número total de PEPs implantados
Número total de PEPs planejados

13) Alcançar X% de sucesso de PEPs (alunos e egressos do ano anterior):

% efetivado de PEPs (alunos e egressos do ano anterior)
% planejado de PEPs (alunos e egressos do ano anterior)

14) Estimular a participação ativa e instrumentalizar X% dos jovens atendidos nas organizações sociais (cooperativas, associação, ONGs):

Número de jovens estimulados
Número total de jovens formados e em curso
Número de jovens instrumentalizados
Número total de jovens formados

15) Apoiar X% das unidades-família planejados por meio de acompanhamento de resultado:

Número total de famílias apoiadas
Número total de famílias

16) X% de hectares adaptados ao SAF:

Número de hectares adaptados
Número total de hectares

17) X% de PEPs com SAF:

Número de PEPs com SAF
Número total de PEPs

**18) X% de hectares de mata ciliar recuperada
[Área de Preservação Permanente (APP) Hídrica]:**

Número de hectares com mata ciliar recuperada
Número total de hectares

19) X% de agricultores incluídos na rede participativa de certificação orgânica:

Número total de agricultores incluídos na rede
Número de agricultores planejados

20) X% de quantidade de nascentes recuperadas:

Número total de nascentes recuperadas
Número total de nascentes planejadas

21) X% de propriedades com adequação de saneamento:

Número de propriedades adequadas
Número total de propriedades planejadas

22) X% de propriedades cadastradas com CEFIR:

Número de propriedades cadastradas
Número total de propriedades

23) X% de hectares plantados por cultura estabelecidos no PA:

Número de hectares plantados
Número total de hectares

24) X% de produção por cultura dos cooperados:

% de produção efetivada por cultura dos cooperados
% de produção planejada por cultura dos cooperados

25) Grau de confiança que as instituições transmitem à comunidade:

Número total de inscritos efetivados
Número total de inscritos planejados
Quantidade de propostas efetivadas
Quantidade de propostas planejadas
Número de comunidades efetivado
Número de comunidades previsto
Número de pessoas engajadas por meio de redes sociais
Número planejado de pessoas a serem engajadas por meio de redes sociais

26) Realizar X% das Ações Multiplicadoras previstas para desenvolvimento das comunidades e protagonismo:

Número de ações multiplicadoras realizadas
Número de ações multiplicadoras planejadas

27) Apoiar as prefeituras locais na elaboração, votação e implantação de política pública municipal ambiental:

Número de prefeituras locais apoiadas (elaboração, votação e implantação)
Número planejado de prefeituras locais a serem apoiadas (elaboração, votação e implantação)

28) Promover X% de ações de mobilização para seleção:

Número de ações de mobilização para seleção promovidas
Número planejado de ações de mobilização para seleção a serem promovidas

29) Captar X% do total de recurso previsto junto a investidores sociais:

Volume de recursos efetivado
Volume de recursos planejado

30) X% de retenção/fidelização de parceiros existentes:

Número de parceiros retidos/ fidelizados
Número planejado de parceiros a serem retidos/ fidelizados

31) Conquista de X de novos parceiros (técnico, cultural, científico e social):

Número efetivado de novos parceiros
Número planejado de novos parceiros

32) Conquista de X novos investidores sociais:

Número efetivado de novos investidores
Número planejado de novos investidores

33) X% do total de recursos gerados por prestação de serviços técnicos e/ou venda de produtos:

Volume efetivado de recursos a serem gerados pela prestação de serviços
Volume planejado de recursos a serem gerados pela prestação de serviços
Volume de recursos gerados com a venda de produtos
Volume de recursos previstos com a venda de produtos

34) % de ganho de parcerias institucionais:

Volume de ganho gerado com parcerias institucionais
Volume de ganho planejado com parcerias institucionais

35) Elaborar/implementar Programa de Comunicação:

Se o programa foi implementado
Se o programa foi elaborado

36) X ações de comunicação social realizadas (visitas, encontros de relacionamento, rádio, eventos locais, palestra):

Número de ações de comunicação realizadas
Número de ações de comunicação planejadas

37) X ações de *advocacy* junto a órgãos públicos:

Número de ações de *advocacy* efetivadas
Número de ações de *advocacy* planejadas

38) Participação de pelo menos X prêmios relacionados à área sócio-econômico-ambiental:

Número efetivado da participação em prêmios
Número planejado da participação em prêmios

39) Publicação de pelo menos um artigo científico ou ter apresentado ao menos um TCC (graduação ou especialização), dissertação ou tese relacionados ao programa:
Se publicou ao menos um artigo científico

40) Ter a prestação de contas aprovada pelo investidor social e órgão de controle:
Se a prestação de contas foi aprovada

41) Tornar público o relatório de desempenho:
Se o relatório de desempenho foi tornado público

42) Implementar X ações dirigidas ao fortalecimento de princípios éticos, integridade e transparência:
Número de ações dirigidas efetivado
Número de ações dirigidas planejado

43) Implementar X% da agenda de Responsabilidade Social (trabalho infantil, sistema de compras, sistemas de contratação, trabalho escravo, legislação, meio ambiente):
Número de itens da agenda efetivados
Número de itens da agenda planejados

44) X ações para o fortalecimento dos Conselhos das Crianças e Adolescentes:
Número de ações efetivado
Número de ações planejado

45) Assinatura e cumprimento do Pacto de Governança com aprovação do Conselho:
Se o pacto foi assinado
Se o pacto foi cumprido

46) X% de processos decisórios (reuniões, assembleias) realizados com membros familiares:
Número de processos decisórios realizados com membros familiares
Número planejado de processos decisórios com membros familiares

47) X% de famílias que participaram de processos decisórios (reuniões, assembleias):
Número efetivado de famílias participantes nos processos decisórios
Número planejado de famílias participantes nos processos decisórios

ANEXO II – VARIÁVEIS DE IMPACTO ECONÔMICO

1. Sonho em empreender;
2. Recebeu educação para empreendedorismo;
3. Buscou acesso a novas tecnologias agrícolas;
4. Já teve oportunidade de utilizar novas tecnologias agrícolas;
5. Intenção de sair da propriedade a fim de buscar melhores condições de vida;
6. Ajuda a administrar alguma propriedade rural;
7. Participa de rede de certificação participativa;
8. Se o jovem teve que sair da propriedade em busca de melhores condições de vida;
9. Se a família teve que sair da propriedade em busca de melhores condições de vida;
10. Se a família teve a intenção de sair da propriedade em busca de melhores condições de vida;
11. Tem interesse em informações sobre como "empresariar";
12. Tem ou já teve interesse em montar e gerir o próprio negócio.

ANEXO III – VARIÁVEIS DE IMPACTO SOCIAL

1. Ter confiança em falar e se posicionar com outras pessoas;
2. Sentir-se capaz de tomar suas próprias decisões;
3. As próprias ações e opiniões influenciarem os rumos da vida;
4. Sentir-se preparado para enfrentar as dificuldades da vida;
5. Respeitar o próprio jeito de ser;
6. Respeitar os colegas de escola;
7. Ter participado de algum projeto, atividade ou campanha para ajudar diretamente a comunidade onde vive;
8. Ter participado de algum projeto, atividade ou campanha para ajudar comunidades ou pessoas que não conhece diretamente;
9. Ter consciência dos direitos e deveres como cidadão;
10. Ter consciência dos direitos e deveres em casa;
11. Achar que todas as pessoas devem ter os mesmos direitos que você (independentemente da cor da pele, classe social ou gênero);
12. Se costuma enfrentar os problemas que aparecem na vida;
13. Se, como cidadão, usa direitos civis, sociais e políticos na plenitude;
14. Sentir-se o personagem principal da própria vida;
15. Ter orgulho de ser quem é;
16. Ter orgulho da própria origem e da região onde mora;
17. Ter vontade de ficar no campo no futuro;
18. Ter vontade de trabalhar com a terra;
19. Se existe relação entre a terra da própria família e identidade pessoal;
20. Se os conhecimentos que possui hoje o(a) deixam confiante para o futuro;
21. Se respeita o jeito de ser das outras pessoas do convívio pessoal;
22. Sentir-se respeitado pelos colegas de escola;
23. Sentir-se respeitado por outras pessoas do convívio social;
24. Sentir-se apoiado pelos familiares;
25. Ter bom nível de diálogo com a família;
26. Sentir-se influenciado positivamente pela família;
27. Se acha que colabora para a harmonia em família;
28. Se busca passar tempo com a família;
29. Se apoia as tarefas domésticas;
30. Se costuma ser solidário com outros (ajudar as pessoas, doar bens, principalmente para aqueles que têm menos que você);
31. Se acha que contribui positivamente para as pessoas que fazem parte da vida;
32. Se já ajudou alguma pessoa fora do convívio social;
33. Se já realizou algum trabalho voluntário;
34. Se já realizou alguma ação para dividir o conhecimento que tem com outras pessoas (conversa individual, conversa com mais de uma pessoa, aula, palestra, outros);
35. Sentir-se uma referência pessoal positiva;
36. Se alguém já disse a você que você é um exemplo para outras pessoas;
37. Sentir-se uma referência dentro da família;
38. Se alguém já disse a você que você é um exemplo para outros da sua família;
39. Sentir-se uma referência dentro da comunidade;
40. Se alguém já disse a você que você é um exemplo para outros de sua comunidade;
41. Sentir-se uma liderança na comunidade, em termos religiosos, de mobilização ou articulação de questões importantes para a comunidade;
42. Se alguém já tratou você como exemplo para outros da comunidade, em termos religiosos, de mobilização ou articulação de questões importantes para a comunidade.

ANEXO IV – VARIÁVEIS DE IMPACTO AMBIENTAL

1. Práticas produtivas adotadas;
2. Culturas irrigadas;
3. Tipo de espelho d'água existente;
4. Estado de conservação do espelho d'água;
5. Existência de riachos;
6. Existência de nascentes ou olho d'água na propriedade;
7. Estado da mata ciliar;
8. Estado das nascentes;
9. Uso da água da nascente;
10. Uso de agroquímicos;
11. Destinação das embalagens vazias de agroquímicos;
12. Destinação de lixo doméstico;
13. Destinação de esgoto domiciliar.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

Conselho de Curadores

Claudio Pádua
 Eduardo Szazi
 João Carlos Telles
 Luciano Guidolin
 Ruy Sampaio (Presidente)
 Sergio Foguel (Vice-Presidente)

Executivos

Fabio Wanderley – Superintendente
 Cristiane Nascimento – Desenvolvimento Sustentável
 Augusto Cruz – Governança & Jurídico
 José Ernesto Gonzalez – Pessoas, Finanças & Conformidade
 Vivian Barbosa – Comunicação

CONSULTORIA: JS/BRASIL

Miguel Fontes (Presidente)
 Rodrigo Laro (Sócio-Gerente)

EXPEDIENTE

Produção

Área de Comunicação da Fundação Odebrecht

Imagens

Acervos: Fundação Odebrecht, Casa Familiar Agroflorestal, Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Rural de Igrapiúna e JS/Brasil.

Hilso Vasques Junior
 Fernando M. Flores
 Fernando Vivas

Revisão Linguística (Português)

Gilcia Beckel

Sobre a foto de capa:

Conheça Lindomar dos Santos, aluno da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves. Ele cursa o Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária e está tendo a oportunidade de vivenciar um processo de ensino-aprendizagem que oferece as habilidades, competências e conhecimentos necessários para construção de comportamentos que conduzem ao desenvolvimento sustentável. Clique no QR Code abaixo e assista ao vídeo 360° que conta esta história.



Vídeo Avaliação de Impactos PDCIS

Confira o vídeo que apresenta os principais resultados aferidos pelo trabalho de Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais do PDCIS, além de depoimentos de beneficiários e mais informações sobre a atuação da Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia.

Acesse o QR Code abaixo e assista:





PDCIS - Programa de
Desenvolvimento e Crescimento
Integrado com Sustentabilidade
Fundação Odebrecht

**FUNDAÇÃO
ODEBRECHT**



www.fundacaoodebrecht.org.br